



Ata da assembleia municipal de Tondela de trinta e um de agosto de dois mil e dezasseis

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão extraordinária, com a ordem de trabalhos publicitada.

Verificando-se a falta do presidente da mesa da assembleia, o primeiro secretário assumiu as funções de presidente, orientando os trabalhos, pelo que o segundo secretário tomou a posição do primeiro e foi convidado o deputado Carlos Manuel Martins da Silva para ocupar o lugar de segundo secretário, que aceitou, dando-se, de seguida início à sessão.

Foram apresentadas três credenciais dos senhores presidentes da Junta de Freguesia de Lajeosa do Dão, da União de Freguesias de Tondela e Nandufe e da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, à luz da qual se fizeram representar pelos senhores Firmino dos Santos Melo, Ana Maria Ferreira Fernandes Marques e José Carlos Ferreira, respetivamente, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Faltaram à sessão os senhores deputados: Carlos Cunha, Catarina Homem, Sérgio Rodrigues, Alfredo Cabral, Manuel Veiga, António Augusto Ferreira e Jorge Soares.

Os deputados justificaram as faltas, que foram aceites pelo presidente da mesa e consideradas relevadas.

Verificando-se a presença de quórum, o presidente da mesa da assembleia municipal deu início à sessão.

1 - Análise, discussão e votação do relatório da adjudicação da contratação de empréstimo de médio e longo prazo, nos termos do relatório de análise de propostas;

Iniciando o ponto, o presidente da mesa deu a palavra ao senhor presidente da Câmara:

“Muito bom dia a todos, senhor presidente da mesa da assembleia, membros da assembleia, comunicação social, convidados. A todos quero cumprimentar.

Duas ou três razões que levaram a solicitar a Assembleia extraordinária. Antes da que ocorrerá em setembro já será uma Assembleia ordinária. Setembro é um período muito rico de



*André
Bor
Cedros*

eventos, que vão desde o “Caramulo Motorfestival”, à “FICTON”, razão pela qual atrasar esta Assembleia prejudicaria a nossa decisão naquilo que é a solidez das decisões que temos que tomar.

Iniciámos há praticamente um ano, dezembro 2015, uma operação de pedido de empréstimo. Em primeiro lugar, na reunião de câmara desenvolveram-se os procedimentos seguintes e depois em fevereiro, na Assembleia Municipal, que se pronunciou acerca do relatório da contratação do empréstimo. Na altura fez - se a discussão política, que aí se devia fazer. Todos apresentaram os seus argumentos. Ficou claro que, do lado do Município, esta operação de financiamento se devia, num primeiro momento, pelo irremediável atraso que os fundos comunitários estavam a ter e por outro lado haviam investimentos que os fundos comunitários não suportam, nomeadamente algumas vias rodoviárias, em particular duas: a ligação da estrada Carvalhal da Mulher – Muna e a reabilitação da estrada desde a Pedra da Vista à Ribeira, Campo de Besteiros e também o facto de em alguns domínios do ambiente, nomeadamente a grande obra de intervenção no Caramulo e a execução de emissários de ligação do Fial a Caparrosinha e de Caparrosa a Caparrosinha.

Na área do ambiente, ainda à época, não estavam a ser desenvolvidos os concursos, no âmbito do POSEUR e também nas áreas de acolhimento empresarial. À época não estavam ainda em desenvolvimento os processos para eventual apoio. Foi assim que nós desenhamos a justificação fundamentada que deu razão a esta operação de empréstimo. Disse também que era nosso propósito, se e quando existissem fundos comunitários, que se algumas dessas obras vissem a ser financiadas, o produto desse financiamento serviria de imediato para amortizar o empréstimo dessa respetiva obra. Essa questão ficou claramente explicitada.

Chegados aqui e durante o período em que o Tribunal de Contas teve este processo em análise, desde março até junho, fomos tomando conhecimento de alguns outros processos análogos que estavam em apreciação, também no Tribunal de Contas, idênticos ao nosso. Um deles, em particular, que tinha sido instruído pelo município de Terras de Bouro, levou a que o Tribunal de Contas tenha feito um conjunto de perguntas que se prendiam com o modelo de comparabilidade das propostas. Eu lembro aquilo que nós então aqui tínhamos. Tínhamos um empréstimo em que iríamos buscar ao BPI 2.750 .000,00€ e 1.750.000,00€ à Caixa Geral de Depósitos.



Os bancos apresentaram as suas propostas dizendo que aplicavam determinado spread sob o indexante Euribor. No caso concreto do BPI, era 1% sobre a Euribor, no caso da Caixa Geral de Depósitos era 1,14% sobre a Euribor. Fomos constatando, pela primeira vez na história, que o facto da Euribor ser negativa estava a levantar alguns problemas de comparabilidade de propostas, porque na generalidade dos empréstimos feitos depois de 1974, nunca a Euribor foi negativa e, portanto, as comparações eram sobre o spread, porque a Euribor era igual para qualquer um e se a Euribor era igual para qualquer um, então a comparação das melhores propostas fazia-se olhando para o spread.

No caso em concreto deu-nos a percepção de que este problema, ou seja, o facto do BPI não acompanhar a Euribor quando ela fosse negativa, isto é, o BPI na sua proposta dizia que a sua taxa é 1% acrescido de Euribor, mas ressalva que se a Euribor for negativa, o indexante é considerado nulo, isto é a Euribor fica a 0%, enquanto a Caixa Geral de Depósitos dizia na sua proposta que a taxa spread é 1,14% mais Euribor e se ela for negativa acompanha a Euribor negativa. Ora, perante esta circunstância, durante os meados do mês passado, nós questionámos o BPI se desejava reconfigurar a sua proposta no sentido de acompanhar também a Euribor negativa e aí sim, estaríamos em condições de comparabilidade. O BPI diz que não está em condições de acompanhar a Euribor negativa. Ora, é por essa razão que nós, atentos a estas razões todas e tendo presente a jurisprudência, que está no acórdão 8/2016, do município de Terras do Bouro e sabendo que outros Municípios, como por exemplo o da Guarda, estavam a ser questionados pelo do modelo de comparabilidade, tudo isso nos levou usando o modelo da prudência e do bom senso, a dizer: então se os senhores do BPI não querem acompanhar a análise da proposta, quando a Euribor for negativa, nós vamos cessar este processo de contratação, porque se os senhores não o fazem, nós podemos ter um problema de comparabilidade de propostas. E foi essa a razão que, de forma fundamentada levei à reunião de Câmara para que a Câmara Municipal se pronunciasse. Compreendendo estes argumentos, por unanimidade, aceitou interromper e cessar esse processo de contratação. De imediato abrimos um outro processo de contratação, nos termos que o relatório explicita. Isto é, também não deixo de dizer que quando abrimos este outro processo receámos que nenhum banco acompanhasse a Euribor negativa, porque nos chegavam sinais nesse sentido. Para não estarmos a abrir um concurso que pudesse ficar vazio, o que se admitiu nesse modelo de concurso foi dizer o seguinte: o nosso modelo deseja que a taxa de juro seja spread mais Euribor, mesmo que esta seja negativa, mas só no caso de nenhum banco apresentar propostas nestes



*Leal
Tondela*

termos é que se admite a variante de analisarmos as propostas onde a Euribor seja considerada igual a zero, quando ela é negativa. Dito isto e entrando já num modelo de relatório das propostas, foram convidados os nove bancos que têm presença na praça no nosso Concelho, destes seis apresentaram propostas, destas seis, três acompanham a Euribor negativa e outros três não acompanham a Euribor negativa. A ser assim, o júri pronunciou-se só sobre o lote daqueles três bancos, que acompanham a Euribor negativa e dentro destes chegaram à conclusão final. A proposta de adjudicação ainda mais vantajosa é a da Caixa Geral de Depósitos, com uma taxa de juro de 1,09%, acrescida de Euribor, mesmo se negativa, o que quer dizer que hoje a Euribor deve estar em 0,054%/ 0,055%, à volta disso, portanto, o que quer dizer que ainda hoje efetivamente, a taxa de juro é inferior a 1.09%, porque a Euribor está negativa e segundo as previsões e se nada acontecer em contrário, sendo que em macro economia, qualquer previsão tem o risco que tem, mas a fazer fé da tese de Mário DRAGHI, nós deveremos ter aqui mais dois três anos, ainda com um ciclo sem sinais evidentes de se desviar do sentido negativo em qua a Euribor está.

Dito isto, são estas as razões de fundo que nos levaram a instruir novo processo. Porque o desejamos neste momento fechar? Por uma razão também objetiva, nós, para os fins a que se destina este empréstimo é para investimento, como já relembrei, não estamos a mudar uma vírgula das decisões que tínhamos tomado. Limitamo-nos foi a baixar ligeiramente, em meio milhão, o valor que propomos de empréstimo. Por uma razão também objetiva, dentro de todos os elementos que identificámos estava uma fatia para aquisição de terrenos para as zonas industriais. No caso em concreto, neste processo e neste período, por boas razões, sublinho e explicarei numa oportunidade muito próxima, tivemos que acelerar todo o processo de aquisição de terrenos na zona industrial do Lajedo, onde até hoje, sensivelmente, já adquirimos cerca de 200 mil metros quadrados de terreno, entre maio e junho até à presente data.

Como sabem só se pode utilizar o empréstimo para pagar uma despesa que ainda não esteja quitada, isto é, que não esteja liquidada. Não é possível ir agora ao empréstimo para pagar terrenos que já estão pagos. Ora efetivamente os 200 mil metros quadrados a um preço médio de 2,5€/m², ronda meio milhão de euros, que foi aquilo que o Município até hoje já pagou em aquisições de terrenos, e, portanto, se o pagámos de uma forma, não podemos estar à espera de ir agora ao empréstimo para compensar a tesouraria daquilo que já pagámos. O que está pago está pago. Não há operações de empréstimo para pagar aquilo que já está pago. Portanto,



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Extraordinária de 31-08-2016

*Cláudio
J. Cados*

nessa circunstância, ajustámos os valores, nomeadamente nas áreas de acolhimento empresarial que têm aqui algum ajustamento, reforçando um pouco ainda mais a do Lajedo. E porquê? Porque, como sabem, à data de hoje já fizemos uma candidatura às áreas de acolhimento empresarial para a cofinanciar a expansão da zona industrial de Tondela e, portanto, se prevemos ir buscar fundos comunitários para a zona industrial de Tondela, naturalmente não precisaremos de tanto valor no empréstimo em Tondela. Também como só poderíamos apresentar uma candidatura para uma zona industrial por Concelho, se candidatamos a de Tondela, não podemos candidatar a do Lajedo.

No Lajedo, além da operação que neste momento decorre de modelação de terrenos, cujo valor de adjudicação ronda os 550 mil euros, acrescido de IVA, dentro de dias teremos ainda outra operação da segunda fase, para garantir algumas infraestruturas, nomeadamente a rede de saneamento e a ampliação da ETAR. A ETAR do Lajedo foi perspectivada quando naquela zona industrial existiam 300 trabalhadores. Hoje já existem praticamente mil trabalhadores e esperamos dentro de algumas semanas podermos dizer um outro número muito expressivo de trabalhadores, que irão deslocalizar-se ou instalar-se naquela zona.

Dito isto, justificar porque agora estamos a falar em quatro milhões de euros e o porquê desta operação. As razões políticas são as mesmas que identificámos em dezembro ou em fevereiro, quando este assunto veio à Assembleia Municipal. Para que não hajam dúvidas sobre isto, é no sentido de acautelar, por prudência e por boa interpretação da jurisprudência, que na nossa ótica, a partir do momento em que há este acórdão, número 6/2016, do Município de Terras do Bouro, que fará jurisprudência para todas as operações de empréstimo. São vários os Municípios que têm operações de empréstimo. Nessa circunstância, o modelo de comparabilidade pode ser questionado pelo facto de uns bancos acompanharem a Euribor negativa e outros não acompanharem.

Portanto Sr. Presidente, dito isto de uma forma muito sintética, mas objetiva, julgo estarem aqui as razões de força desta nossa pretensão. Haverá uma reunião de Câmara extraordinária na próxima sexta feira para que a Câmara Municipal aprove as condições das clausulas do contrato e para que possamos remeter ao Tribunal de Contas a contração desta operação financeira.”



*Alcides
Ferreira
Carvalho*

Seguidamente interveio o deputado Joaquim Santos:

Ver anexo 1

Tomou a palavra, de seguida o deputado António Dinis, com a intervenção que abaixo se transcreve:

“Senhor presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores

Senhores membros da Assembleia Municipal

Senhores Membros da Comunicação Social

Senhoras e Senhores

“A razão que nos levou há alguns largos meses atrás a decidirmos pela abstenção mantém-se, e, portanto, nada significativo alterou em relação aquilo que foram as nossas posições políticas quando foi a apresentação deste documento aqui. Portanto o CDS, nesse sentido, irá manter por coerência, aquilo que foi a sua posição e irá abster-se. Compreendemos as razões que o senhor Presidente da Câmara apresentou de ter de mudar e face aquilo que foram a recomendações e bom senso, assim o indicava de que tivesse de repensar todo este processo, e muito bem, acautelar este tipo de situações. Só que há um aspeto que é importante ressaltar e que é bom que todos tenhamos consciência disso, é que do relatório ressalta no anexo 2, creio eu, que iríamos começar a pagar isto em 2018. Nenhum de nós para já sabe se vai estar em 2018 e, portanto, às vezes o PSD critica e bem a governação socialista, que é empurrar para os outros e nós estamos a fazer exatamente o mesmo. É importante termos consciência do que estamos aqui a aprovar. Nenhum dos que vai votar isto, tem a garantia se vai estar ou não em 2018 e, portanto, acho que convém só fazer esse reparo. O CDS não vai mudar a posição por esse facto, quero aqui deixar isso muito bem claro. O CDS optou pela abstenção política aquando da primeira discussão por fundamentação que, entretanto, apresentámos. Hoje mantemos a mesma posição, não alteramos nada em relação aquilo que pensamos. Ressalto apenas esta nota de que conforme o anexo 2 vamos começar a pagar o



empréstimo em 2018 e lá se vai o argumento de que os socialistas empurram a dívida para os outros. O CDS mantém a mesma posição.

A nível nacional a presidente do partido tem estado contra estas coisas e nós também aqui não vamos votar contra, mas queria apenas ressaltar esta nuance, de que temos a consciência de que nenhum dos presentes tem a garantia de que em 2018, quando o empréstimo começar a ser pago está cá.

A deputada Vera Machado tomou a palavra:

“Saudando todos os elementos da mesa, senhor presidente da Câmara, senhor presidente da Assembleia, companheiros da Assembleia, público.

Neste ponto da Assembleia Municipal gostaria apenas e em nome do Grupo Parlamentar do PSD, enaltecer a atitude prudente e rigorosa deste executivo municipal liderado pelo Dr. José António Jesus.

Salientar que por mera precaução e perante sinais visíveis em outras situações similares, a Câmara Municipal, e com o propósito de financiar um conjunto de investimentos essenciais para o território, anulou o procedimento e desencadeou um novo processo de empréstimo, agora de 4 milhões e com condições ainda mais favoráveis, como se pode observar no relatório.

O PSD votará favoravelmente este ponto, na medida em que acha estruturantes estas obras, que para já não têm financiamento comunitário, bem como se regozija com o altruísmo deste executivo na antecipação de cenários e na construção de soluções transparentes e eficazes para os anseios da nossa comunidade.”

De seguida interveio o senhor presidente da Câmara:

“Senhor deputado Joaquim Santos, não há nenhum parecer do Tribunal de Contas. Como todos os processos de obtenção ou autorização de visto prévio, os processos resultam de comunicações que vão ser feitas, solicitando informações, esclarecimentos adicionais. Portanto, não há nenhum parecer. A iniciativa não de anular, mas de remover o pedido de visto e consequentemente informar os bancos que não mantínhamos interesse nessa contratação é do Município, e, portanto, queria explicitar para não haver dúvidas sobre isto. Atendemos, sim, à jurisprudência que resultou consequente ao processo que citei daquele outro Município.



*Cláudio
Cados*

Os pagamentos quem os faz, quem os contrai e quem os vai pagar? Senhor deputado António Dinis, nós colocámos um período de carência de um ano neste empréstimo por uma razão objetiva de gestão, ou seja, nós estamos em setembro, esperamos que até ao final de outubro possamos ter o visto desta operação. Se formos a olhar para as obras que aqui estão e ao cruzarmos os dados para termos isto presente, algumas delas são obras que estão sujeitas a visto de Tribunal de Contas, seja o caso da zona industrial de Tondela. Aliás, até aproveito para relembrar as obras que estão nesta operação de empréstimo: ampliação da zona industrial do Tondela, estamos a afetar a esta obra 700.000,00€ e a obra custa mais de 2.000.000,00€. Este é o montante que nós estimamos que seja da contrapartida nacional a existirem fundos comunitários. Se não existirem fundos comunitários teremos que a fazer faseadamente e alocamos esta importância, e que obriga a visto de Tribunal de Contas. Como sabem, qualquer obra acima dos 350.000,00€ tem que ter visto prévio do Tribunal de Contas.

A ampliação da zona industrial do Lajedo, nesta incluem-se duas obras, as infraestruturas e a ETAR. Estão aqui alocados mais de 1.050.000,00€ que obriga a visto prévio do Tribunal de Contas.

Aquisições de terrenos, estas não carecem de visto. Remodelação da rede de águas e saneamento ao Caramulo, 700.000,00€, que obriga a visto prévio de Tribunal de Contas. As demais não carecem do visto, a não ser a aquisição de carrinhas para transporte escolar, para as quais estão previstos 750.000,00€, esperamos ter este processo concluído em finais de maio/junho de 2017.

Então se o empréstimo é utilizado para pagar uma utilização de capital para pagar uma obra, há aqui obras que nós não vamos por mais que queiramos, conseguir desenvolver acerca da utilização do empréstimo, e algumas obras, porque a obra ou não estão em condições de estar em execução este ano, ou a sua faturação virá a cair quase toda em 2017, razão pela qual nós pagaremos o empréstimo a partir do primeiro trimestre de 2018. Portanto não há nenhum intuito em adiar o pagamento. Para isso, teríamos ido para um empréstimo de médio e longo prazo, não a 10 anos mas a 15 ou a vinte anos, como sempre foram feitos no passado. Provavelmente este é dos empréstimos, a médio ou longo prazo, que tem um período mais curto de vida da história das contrações de empréstimo, precisamente por entendermos que quem gere a dívida também a deve pagar e estarei cá para assumir a responsabilidade de pagar a dívida nos próximos 10 anos."



*Caril
F. J.
Cados*

De seguida interveio o deputado Arménio Leite Marques:

“Saúdo todos os presentes.

Senhor deputado António Dinis, gosto mais de gerir do que fazer política e vou votar a favor. Enquanto que neste momento, politicamente, a nível nacional reclama-se que não temos investidores. Este empréstimo tem que ser mesmo feito, porque são as indústrias que vêm dar os postos de trabalho e, portanto, não é empurrar para a frente. Que sou contra terem feito o parque urbano um ano antes, como foi feito porque não havia dinheiro, porque sou contra isso, aqui o caso é outro, são as empresas que se querem instalar e não têm terreno e para isso não é empurrar para a frente”

O deputado António Dinis voltou ao debate:

“A minha questão foi clara, ou seja, paga-se em 2018. O relatório diz exatamente isso, sei que agora é no final do primeiro trimestre de 2018, podia ser no primeiro semestre de 2018, mas pronto estamos a falar de pagar no final de março. Daqui a um ano e meio aproximadamente vamos pagar a primeira amortização deste empréstimo. O que eu estou a dizer aqui é muito claro.

É evidente que já tivemos aqui o anúncio do senhor presidente da Câmara que vai ser candidato a presidente da Câmara nos próximos 10 anos, quis só fazer esse reparo. E, se calhar vamos ser, alguns dos que aqui estão, candidatos à Assembleia, eu não disse em que qualidade, mas o senhor presidente da Câmara diz em que qualidade.

Senhor deputado Arménio Marques, é evidente que são obras importantes, não é isso que está em causa, o que está em causa politicamente, e isso é que é importante que se coloque aqui, foi esse reparo apenas porque a decisão política já foi tomada em fevereiro. Não venho aqui acrescentar mais nada.”

De seguida interveio a deputada Marina Leitão:

“Muito bom dia senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, caros membros da assembleia.

Senhor deputado Arménio Leite Marques você é político e há muitos anos e digo-lhe que é pela consideração do seu trabalho, não só como político, como também como empresário que



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Extraordinária de 31-08-2016

Carlos
Carlos

continua aqui a ser ouvido e respeitado, porque efetivamente não tenhamos dúvidas meus amigos, quem se candidata a um lugar desta natureza é político e não é vergonha nenhuma, agora não vale a pena dizer que não somos políticos, porque somos.

Nós estamos aqui a discutir e analisar aquilo que é a causa pública e a causa pública tem a ver com a política e eu não tenho vergonha de dizer que fui durante muitos anos vereadora da Câmara Municipal de Tondela e agora também da Assembleia Municipal. Portanto o meu trabalho foi político e não acho que seja vergonha. Quando dizemos que não somos, se calhar estamos a dar razão a muitas pessoas que estão lá fora, cidadãos em que acham que os políticos são outra coisa. Não, nós somos políticos, autarcas no contacto direto com o povo e eu acho que é importante que de uma vez por todas assumamos que somos políticos e não ter vergonha.

Gostava de dizer ao senhor deputado António Dinis que, efetivamente tudo o que aqui fazemos é política e todas as decisões que tomamos aqui são políticas e o senhor deputado enquanto foi meu colega na Câmara teve que tomar decisões políticas. Há uma coisa que especialmente vindo de si me incomoda, quando diz algumas coisas como disse aqui. Nós tivemos ocasião em passar por um período naquela altura em que eu estava presente e em que tivemos que tomar decisões por antecipação, porque senão perdíamos o comboio do desenvolvimento. Nós, neste Concelho, conseguimos ombrear com o Concelho vizinho de Viseu, senão tínhamos sido absorvidos e hoje eramos um Concelho igual a muitos outros que estão a aqui à nossa volta, porque fomos capazes de fazer aquilo que o senhor presidente da Câmara veio fazer. Infelizmente eu que ainda sou do tempo do Dr. António Tenreiro e do Dr. Carlos Marta e fui colega do Dr. José António e tenho acompanhado o seu trabalho, digo ao Dr. José António e estendo isto aos colegas que estão na Câmara, antigos e novos, e aquilo que digo é importante continuar aquilo que foi decidido há muitos anos atrás, é que este Concelho tinha que pontificar como o primeiro Concelho em termos de indústria do Distrito de Viseu e isso tem sido conseguido, mas só se consegue assim. Os empresários não têm tempo para estar à espera e eu que tive este pelouro, quando estava na Câmara e sei muito bem porque é que nós conseguimos atrair investimentos como a HUF, a BROSE, Bodum, etc. Acompanhei diretamente isso e fomos capazes de nos antecipar. Uma coisa é contrair empréstimos com vista à realização de obras, como disse o senhor deputado Arménio Marques, que não se justificam, como por exemplo, algumas autoestradas onde poucos carros circulam, quando nós circulamos num IP3 nas condições que todos nós sabemos. Decisões políticas que foram erradas e dinheiro mal gasto e pedido emprestado por razões políticas. Aqui



*Cláudio
Ferreira
Cardoso*

estamos a falar de investimentos que são a nossa sobrevivência, enquanto Concelho do interior. Se não houver trabalho, ninguém vem para o Concelho, portanto penso senhor presidente da Câmara que está a ir no bom caminho e que vai permitir com certeza, que Tondela continue a ser um Concelho que não se deixa absorver porque é muito fácil ser absorvido por uma cidade com as características de Viseu. E, portanto, associo-me completamente aquilo que foi a vossa decisão e terá sempre o meu apoio nesse sentido.”

Seguidamente o presidente da câmara tomou a palavra:

“Eu tenho a noção das palavras que digo, estarei cá nos próximos 10 anos para pagar o empréstimo, foi o que eu disse. Continuarei a pagar os meus impostos neste Concelho e espero poder ter a confiança para continuar a exercer funções públicas. E não fujo de cá. Portanto, estarei e respeitarei sempre a democracia. Acho que ficou claro que a operação de empréstimo tem um período de carência de um ano, que é o período que estimamos que possa demorar o arranque de algumas obras face, aos vistos que carecem. É um empréstimo que tem o período de vida mais curto da história e que teremos o encargo anual de 444.444,44€, sem prejuízo de no primeiro ano pagarmos juros.

Questões políticas de opção? Já tivemos essa discussão lá trás. Há dois caminhos possíveis: querer assegurar investimento que seja sustentado e que origine uma resposta de qualificação e de competitividade do território, ou não querer. Se me disserem, há fundos comunitários para todas e quaisquer zonas industriais e o senhor está a fazer um erro por recorrer a um empréstimo quando tinha fundos comunitários para fazer isso, eu seria o primeiro a dizer que tínhamos uma estratégia errada. Tive o cuidado de dizer e reafirmo, cada Município só pode concorrer com uma zona industrial por Concelho. Alguns, bem sei, que concorreram com quatro e cinco e seis e eu estou para ver o resultado desse concurso. Só pode concorrer com uma zona industrial por Concelho e nessas circunstâncias, se queremos expandir duas zonas industriais, uma delas temos que a sustentar e é isso que estamos a fazer. Registo que nós temos investimento de quatro milhões, destes, destes dois milhões e cinquenta mil euros estão afetos à atividade industrial, e se acham que isso não é relevante para o desenvolvimento do Concelho, peço desculpa, mas eu tenho um caminho diferente. Eu e a maioria que aqui está tem uma visão estratégica para o futuro do Concelho. Entendemos que só com a oferta de emprego qualificado, diferenciado, se consegue atrair e fixar aqueles que aqui nasceram e aqueles que por ventura estejam aqui a trabalhar e podem aqui residir, esse é o nosso desafio.



Handwritten signature: Carlos

Não quero fazer nenhum anúncio, mas tenho a firme convicção de que teremos muito empenho em apoiar o investimento na revalorização do mercado habitacional, porque nós precisamos de mais oferta habitacional no Concelho de Tondela. Assumo o que estou a dizer, seja na área da hotelaria, seja na área da oferta de habitação e comércio. Precisamos de mais oferta para aquilo que hoje se perspectiva ser o mercado que será deslocalizar para Tondela e a oferta nova pode não ser necessariamente nova construção, poderá passar também pela revalorização das nossas aldeias à volta da cidade, de muita habitação edificada que já existe.

Mas, repito, neste momento estão 2 milhões de euros para investimento em parques industriais e eu pergunto se isto não é uma opção estratégica. Estão 750 mil euros para aquisição de carrinhas indispensáveis para as funções sociais, já que em grande parte é em transporte escolar que estas carrinhas estão localizadas. Bem sei que, se porventura tivéssemos seguido estratégias de outros territórios e concentrado tudo num único Centro Escolar, onde vêm todos de autocarro de manhã, não seria preciso andarem as carrinhas das Freguesias ou do Município. Para nós dar qualidade de vida é dar proximidade, é garantir que as crianças mantenham identidade com os seus territórios.

Temos 900 mil euros na área do ambiente e se na área do ambiente houver estas candidaturas aprovadas, nós reporemos este dinheiro que venha a ser financiado, abatendo ao montante do empréstimo. Por essa razão colocámos uma condicionante no aviso convite do empréstimo, que é que não há penalizações para amortizações antecipadas. Quem está aqui a gerir tem uma visão de futuro e não é a circunstância de momento de 2016/2017 que fará alterar o rumo que estamos a seguir. Para mim todos nós vivemos de política nesta matéria, isto é, do interesse das nossas decisões, mas não deve ser o interesse particular e eleitoral das nossas decisões que deve condicionar a estratégia do nosso território.

E é por essa razão que mais claro do que aqui está não pode ser. E portanto, estamos claramente a saber o rumo que queremos e com esta clareza que aqui está.”

O deputado Joaquim Santos continuou o debate:

“A discussão já extravasou um pouco o último contexto da ordem de trabalhos, mas já agora quero felicitar o senhor presidente da Câmara por ter aqui anunciado a sua candidatura ao Município e já agora pergunto: qual é o partido? Isto porque há algum tempo, o senhor



presidente disse que tinha muitos correligionários, mas poucos apoiantes ou “nem todos são meus apoiantes”, está escrito em ata, mas isto era uma piada, mas para mim não é surpresa.

Já falou aqui em política. Obviamente que nós somos todos políticos e é com muito orgulho que eu sou político republicano, portanto convém fazer aqui a distinção. Acho que está aqui a fazer confusão e isto ficou bem claro quando foi a primeira discussão acerca disto e a posição do Partido Socialista não é contra o empréstimo para investir na zona industrial. Continuamos a dizer que este valor do empréstimo só é necessário, porque foram feitos outros investimentos com os quais não concordamos. Não nos apomos a qualquer investimento nas zonas industriais, nem à requalificação de vias, etc., que fossem estruturantes para o nosso Concelho.

Já agora para falar, do que veio aqui também extra contexto, voltamos aqui a falar das três autoestradas paralelas de Lisboa para o Porto, e eu só pergunto quem é que as mandou fazer e quanto é que custa cada auto estrada a cada português e quanto é que custa e, por exemplo, a cada Tondelense o parque urbano de Tondela. Qual é a utilidade de uns e outros? Ambos são úteis, com certeza, depende do ponto de vista, eu gosto muito de ter um parque, mas não me importava como diz o senhor deputado Arménio Marques esperar mais dois ou três anos e ser efetivamente à borla como aconteceu à fase II do parque urbano, à borla ou quase, mas não. E porque é que isso foi feito? Por uma motivação política e eleitoralista.

O Tribunal de Contas não chumbou, eu não disse isso aqui, fiz um reparo, aliás está escrito, porque na ata da Câmara do dia 9 de agosto, o senhor presidente diz” O facto da taxa de juro das propostas resultar de um “SPREAD”, acrescido da taxa Euribor 12 meses, e na circunstância de uma das propostas (BPI S.A.) considerar a taxa Euribor com valor nulo, caso a mesma fosse negativa, fez com que o Tribunal de Contas questionasse o modelo da comparabilidade...” Eu não disse que chumbou! E mais á frente, na outra folha da ata diz que: “ Nestes termos, acolhendo as recomendações do Tribunal de Contas, eu digo e muito bem, anulou-se o empréstimo, foi isso que eu disse, era só para esclarecer isto. Eu não disse que chumbou, eu disse e está ali escrito, que era um impreciosismo.”

O deputado Arménio Marques continuou os trabalhos:

“Eu não sou nem nunca fui contra fazer o parque naquele ano, mas disse ao Presidente da Câmara de então que o serviço de terra era para fazer por conta da Câmara.”



Foi colocado à votação o ponto sob o numero 1, tendo sido aprovado por maioria absoluta, com a abstenção dos membros: António Dinis, António Almeida Dias, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Jorge Baptista e Marta Franco. E os votos a favor dos membros: Felisberto Figueiredo Marques, Marina Leitão, Arménio Marques, Jorge Manuel Rodrigues, Vera Machado, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, Diamantino Costa, António Pereira, Sandra Coimbra, Jorge Marques, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isacc Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Carlos Ferreira, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, António Sérgio Almeida e Ana Marques.

2 - Análise, discussão e votação da autorização de assunção de compromissos plurianuais à luz da alínea c) do nº1 do art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, consequentes à contratação do empréstimo de médio e longo prazo.

O senhor presidente da Câmara explicou:

“Este segundo ponto é uma consequência direta e objetiva do primeiro, ou seja, a operação de contração de empréstimo acompanha as responsabilidades que lhe estão associadas e no caso em concreto isso está bem refletido no documento que está perante nós, que tem um encargo anual a partir de 2018, de 444.444,44€ e no primeiro ano tem encargos de juros cujo montante são 41.360,00€, o que quer dizer que esta operação está devidamente enquadrada, de acordo com as condições resultantes das normas previstas em sede, em particular, do nosso aviso de concurso tendo uma amortização média, que não podia ser inferior a 320.000,00€, isto é 80% da amortização média, de acordo com o nº 4 do artº 40º e nº5 do artº 51º da RFALEI, do regime da lei das finanças locais. Nessa perspetiva, os encargos que estão aqui refletidos estão perfeitamente dentro do quadro normativo e do quadro legal, o serviço de dívida, penso que foi bem visto no relatório e a margem de endividamento que tem espaço mais que suficiente para acomodar este esforço que aqui está e portanto eu julgo que é um documento muito objetivo e claro e que tecnicamente está bem explicitado.”



Handwritten signature: Carlos

Interveio o senhor deputado Joaquim Santos:

Ver anexo 2

Interveio de seguida o senhor deputado António Dinis:

“As razões que me trazem aqui e é já uma forma de justificar a nossa posição que se mantêm coerente com aquilo que tem sido em relação a esta situação em particular, vamos manter a abstenção e, portanto, uma situação está subjacente à outra. Não tinha feito as contas que o deputado Joaquim Santos fez e não me lembrava desse detalhe, que em fevereiro era supostamente para pagar neste mandato cerca de 600 mil euros, não tinha feito as contas, não fiz essa comparação, e felicito o senhor deputado Joaquim Santos por fazer esse trabalho, porque não tive oportunidade de consultar esses dados, mas de qualquer forma, mantenho o que aqui disse de que na realidade o que vamos estar aqui a pagar, essa questão da carência e de facto ser 10 anos ou 11 anos. não sou jurista e não tenho capacidade de análise se isto foge ou não do enquadramento legal. De qualquer das formas, o CDS mantém a mesma posição de se abster neste ponto, tal como o fez no anterior.

O senhor deputado Abílio Rodrigues interveio e felicitou os presentes:

“Face ao que tenho ouvido aqui fico absolutamente chocado com as observações que têm aqui sido feitas. Na altura em que se discutiu aqui o parque urbano e o campo de futebol, tudo aplaudiu, todos estavam felizes pelas obras que iam ser feitas. De um momento para o outro, parece que o parque urbano e campo de futebol neste momento são “personagens não gratas”, quando ao fim e ao cabo alguns políticos não gostam da obra, mas não são só os políticos que têm que gostar das obras.

Hoje, Tondela é conhecida por duas coisas fundamentais, pelo parque urbano e pelo CDT. Quer se queira quer não se queira e nós somos meia dúzia de políticos e eu sou político e ando há quarenta anos nisto e lembro-me de muitas coisas que foram feitas nesta casa. Tantas obras que foram feitas nesta casa, com juros tão elevados na altura e ninguém criticou os juros que se gastaram. Hoje, não sei por que carga de água, estamos a discutir obras ou pessoas, mas quer-me parecer que estamos a discutir mais pessoas, o que é uma verdadeira vergonha na minha perspetiva.



*Cláudio
F. Carlos*

Eu, como democrata e como membro desta Assembleia tenho obrigação de dizer, sem qualquer tipo de medo, nem receio das retaliações. O tempo em que eu tinha medo das retaliações já acabou. Portanto o que se passa aqui é uma verdadeira vergonha, eu vim aqui em meu nome pessoal. Fico triste por verificar que se está a criticar uma obra, que foi uma obra tão emblemática, como o parque urbano, conhecido em todo o país, que toda a gente gosta, onde muitos que o criticam lá vão e dizem que aquela obra foi motivo de dinheiros mal gastos, não foram pensados, etc. Que tenham todos a coragem de quando se falam de pessoas ou pensar em pessoas, que se diga diretamente e não quando as pessoas não se podem defender.

A propósito do que disse o senhor deputado Joaquim Santos: “É um ano de eleições”, parece que nos esquecemos todos disto, haverá algum Partido, algum Governo, alguma Câmara, alguma Junta de Freguesia que não prepara os seus dinheirinhos no ano de eleições? Digam qual é o primeiro? Lembro-me que o senhor Eng.º José Sócrates e muitos outros e depois o Passos Coelho, mas eu falo no Eng.º José Sócrates aumentou a função pública na altura das eleições, quando Portugal estava de “tanga”. Agora se todos fazem a mesma coisa, para que é que estamos a criticar aqueles, eu não entendo. Começo sinceramente a pensar que acho que não somos políticos ou que andamos fora da política, porque tudo isso é absolutamente natural, todos os fazem, e se assim é para que viemos aqui procurar descobrir o sexo dos anjos? Eu não entendo e cada vez me sinto mais envergonhado por estar às vezes na política.”

Interveio a deputada Vera Machado:

“Nós já conhecemos aqui na Assembleia a posição do Partido Socialista e do CDS. Entendemos perfeitamente essa situação e, portanto, acho que não me parece que neste momento devemos desviar a discussão do conteúdo deste ponto. E agora, só perante esta demagogia de só se poder pagar o empréstimo em 2018. Todos falam nisto, porque vão ter autárquicas como nós. Não há só listas do PSD, há listas de todos os partidos e ainda bem que é assim, porque é assim que a democracia funciona. Convém, dizer que o modelo do PSD não é modelo de José Sócrates, em que dizia que as dívidas não eram para pagar eram apenas para gerir.

Aqui tomam-se opções estratégicas para o futuro e, portanto, as opções políticas têm que ser para o futuro, se não, não eramos políticos e, portanto, se são obras realmente estruturantes, ainda bem que o executivo toma essas opções e com o aproximar das Autárquicas, já comecei a perceber que trás um conjunto de estados de espírito, porque há uns meses atrás não havia



*Cláudio
João
Carvalho*

obras, agora critica-se porque há dinheiro para fazer um conjunto de obras que são estruturantes e que todos nós concordamos.

Há uns tempos atrás, diziam que o executivo não conseguia captar investimento privado, hoje que vislumbramos investimento privado já se abstêm na questão do empréstimo que vai proporcionar esse investimento privado. Acho que não vale a pena desviar mais a questão. O executivo municipal liderado pelo Partido Social Democrata assume responsavelmente e coerentemente as opções estratégicas que toma para o território. E por falar de coerência do Partido Socialista, essa também é muito discutível, porque na Câmara votam por unanimidade, aqui abstêm-se, mas são efetivamente as opções que nos diferenciam e ainda bem. Ao serem abordadas as eleições autárquicas várias vezes, talvez esse seja o motivo para o PSD ter recebido sempre de forma inequívoca a governança do Concelho.”

Interveio o presidente da Câmara:

“Eu começaria por esta última referência da senhora deputada Vera Machado. Acho que o erro deve ser meu, por não conseguir com a mesma facilidade demonstrar à bancada, em particular do Partido Socialista, a força dos argumentos que tenho procurado transmitir em sede de reunião do executivo, nomeadamente na medida em que como partilho todas as opções estratégicas de gestão com todos os membros do executivo independentemente dos partidos que os elegeram ou do grau de proximidade que tenham, ou não, com o presidente da Câmara. Entendo que é nessa gestão democrática que está também muito do sucesso do exercício deste mandato. E eu não censuro o facto de uns terem o voto diferente dos outros, na medida em que tenho procurado sempre ter a maior clareza nas opções estratégicas que são tomadas em sede de câmara e, portanto, registo que tenho sentido esse apoio unanimemente na Câmara, é muito positivo.

Queria dizer ao senhor deputado Joaquim Santos que nós, às vezes, temos dias menos bons, quando já viemos com o discurso preparado e não nos adequamos à circunstância do debate.

Depois o artifício contabilístico. Já tive o cuidado de explicar que este empréstimo é para pagar desde da data da celebração da sua escritura. Até ao último dia de pagamento da última amortização passarão dez anos. O período de carência está dentro dos 10 anos e não consigo perceber como é que alguém não consegue fazer um exercício matemático de mera aritmética. E porque não lê o relatório onde está explicado porque é que a proposta do Montepio foi



excluída, precisamente pelo facto do Montepio entender que seria pago em 10 anos, mais período de carência, o que daria 11 anos de vida. Foi excluída esta proposta do Montepio, porque os senhores entenderam que era um ano de carência, mais dez anos de juros e de amortização, o que daria 11 anos e nós entendemos que não era isso que nós queremos e dissemos de forma clara, que eram 10 anos. Agora, encontrar justificações para artifícios contabilísticos? Tudo em política é discutível, mas no campo da gestão para mim há matérias que não são discutíveis. É o caso do campo da ética e daquilo que é a responsabilidade institucional. E eu do ponto de vista da responsabilidade institucional, quero sair no último dia de cabeça levantada com quem quer que seja. Se esta ou aquela obra foi menos bem-feita ou não foi feita da melhor forma, é uma responsabilidade política. Estarei cá para assumir esta ou aquela opção de gestão. Do ponto de vista de opções contabilísticas é para mim uma questão de ética e de honra e, portanto, nessa matéria eu quero dizer que não posso ficar indiferente quando ouço expressões desta natureza, como a que referiu. Claro que muita coisa é discutível, de opções de gestão, não nestes domínios e também entendo que hoje o tempo não é para discutirmos obras da Tondelviva. Toda a gente sabe que essas matérias, ocorridas no passado, estão a ser objeto de análise pelos órgãos competentes judiciais e quando esses órgãos se pronunciarem, estaremos cá para conversar.

Agora ninguém está aqui e também falo para todas as bancadas, para cruxificar ninguém, todas as pessoas fizeram as suas opções nos momentos certos em função dos dados que tinham para tomar opções, desde que elas tenham sido legítimas, desde que não tenham sido feitas com outros intuitos que não seja prosseguir o interesse público e realizar obra, desde que se demonstre que não houve nenhuma outra operação nessas realizações dessas obras, naturalmente que a censura só pode ser, se a obra está bem ou mal feita e se o modelo de gestão foi este ou se foi aquele. Vamos deixar as coisas para o seu tempo nesta Assembleia.

Já hoje ouvi falar, aqui, da aproximação de eleições, como se a gestão autárquica e política, só fosse feita quando se aproxima o período eleitoral. Tive o cuidado de o repetir na mensagem que constará da revista da FICTON, que este mandato foi porventura dos mais atípicos em termos de calendário. Não se esqueçam que entrou o ciclo do Portugal 2020, em 2013. Estamos em 2016 e eu não conheço 1 cêntimo investido neste quadro comunitário, tirando acompanhamento técnico, para a celebração das candidaturas que esteja materializado e acho que é de uma injustiça absoluta apontarem o dedo à Câmara, ao presidente da Câmara que está



Carlos
Carlos

a preparar um ciclo para o final do mandato. Sim haverá um ciclo mas não de final de mandato, mas sim de continuidade daquilo que queremos fazer, pós FICTON terei o cuidado de promover uma sessão pública para apresentar os projetos estruturantes do PEDU e explicar porque é que só são aquelas obras e não outras que são elegíveis. Sim, estamos em condições de lançar a obra da zona industrial da Adiça, por ser um instrumento estratégico para o desenvolvimento.

Esperamos ter financiamento em alguns domínios, nomeadamente na área do ambiente e candidaturas aprovadas, no caso em concreto da Escola Secundária de Tondela, onde seremos os donos da obra até ao mês de outubro, o Centro de Saúde Campo de Besteiros e a Igreja Românica de Canas de Santa Maria, porque eram as obras que estavam no mapeamento dos fundos comunitários e vejam nos avisos de abertura, quando é que eles fecham e quando é que abriam. Mas se calhar essa culpa não pode ser apresentada ao presidente da Câmara de Tondela, é que não é o presidente da Câmara que determina no Governo quando é que abrem os avisos e convites para a apresentação e submissão de candidaturas. E se eles abriam neste período há-de ser questionável porque só abriam neste período. E portanto, eu quero deixar muito claro e de forma muito simples, o meu registo não é de levantar a voz para dizer que tenho razão, é de indignação pela expressão de que “Há um empréstimo escondido”. Isto não é tolerável. Não só para os democratas republicanos. acima de tudo para aqueles que têm integridade do ponto de vista da sua personalidade.”

Interveio o deputado Joaquim Santos:

“Senhora deputada Vera Machado não era nenhuma crítica demagógica estar a dizer que isto é empurrar para 2018. Está escrito. Não fomos nós que inventámos. O que eu quero é que alguém me explique porque é que no contrato anterior estava previsto que a amortização começava em 2016 e agora passou para 2018? É isso que eu quero que me expliquem.

Quanto ao parque urbano, senhor deputado Abílio, eu gostava de saber se há gente que tem mais direitos que outros nesta Assembleia? Porque é que todos apontam o dedo ao Eng.º José Sócrates das parcerias público privadas, quando até desconhecem quem são os autores das parcerias público privadas, porque elas começaram no tempo do Cavaco Silva, não foi no tempo do José Sócrates. E se forem fazer o somatório das PPPS do nosso país entre os governos do PS e do PSD, chegarão à conclusão que vos é desfavorável e depois não posso falar do parque urbano! Mais, é que podem as parcerias público privadas das autoestradas terem sido feitas



*Carla
Ferreira
Caldas*

com juros altíssimos. Há uma grande diferença entre uma auto estrada dessas e o parque urbano e o campo de futebol de Molelos. A grande diferença não é apenas na questão dos juros, é o valor da obra e quanto é que efetivamente foi pedido ao banco. Quero que me explique porque que é que o valor base do campo de Molelos tem um valor de 300.000,00€ custou antes de juros. 1.300,000,00 €? Porque é que a obra do parque urbano que é uma obra de 1 milhão de euros, passa para quatro ou cinco milhões? Para dar a renda que nós vamos pagar durante 30 anos e isso eu quero que alguém me explique e é essa a diferença.

Eu na altura perguntei ao senhor presidente da Câmara, de então, em quanto tinha custado a obra e ele disse-me que tinha sido à borla e quando foi aprovado isso. Eu nem sequer cá estava, eu não aprovei aqui nenhuma PPP.

Senhor presidente, eu não quero causar nenhuma perturbação e já lhe provei isso. Na última reunião desta Assembleia, provei-lho. Estamos aqui para colaborar e para fazer parte da solução. Mas deixemos esses esclarecimentos para outra oportunidade. Quanto a isso, assumimos a nossa responsabilidade política, mas que fique claro: não somos contra as obras do Parque Industrial, achamos até muito bem. Mas há investimentos com os quais nunca concordaremos. Quanto às obras no Lajedo, necessárias para esse tal investimento, que venham elas e merecerá os parabéns se o conseguir, acho que até já o conseguiu, e quando o anunciar publicamente, dar-lhe-ei os parabéns.

O presidente da câmara interveio:

“Fui claro na questão, a questão não é uma questão pessoal, todos têm liberdade para dizerem aquilo que querem e eu também tenho o direito de dizer aquilo que penso e, portanto, nessa matéria, simplesmente solicito que seja incluído no corpo da ata a minha expressão e a fundamentação que aqui apresentei, já que será apreciado por entidades externas e têm que perceber o que aqui foi discutido.

Foi colocado à votação o ponto sob o numero 2, tendo sido aprovado por maioria absoluta, com a abstenção dos membros: António Dinis, António Almeida Dias, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Jorge Baptista e Marta Franco. E os votos a favor dos membros: Felisberto Figueiredo Marques, Marina Leitão, Arménio Marques, Jorge Manuel Rodrigues, Vera Machado, Cristiana Ferreira,



Abílio dos Santos, Diamantino Costa, António Pereira, Sandra Coimbra, Jorge Marques, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isacc Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Carlos Ferreira, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, António Sérgio Almeida e Ana Marques.

3 - Análise, discussão e votação da 4ª revisão do orçamento e grandes opções do plano de dois mil e dezasseis

Não havendo intervenções, foi colocado à votação o ponto sob o número 3, tendo sido aprovado por unanimidade, por António Dinis, António Almeida Dias, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Jorge Baptista, Marta Franco, Felisberto Figueiredo Marques, Marina Leitão, Arménio Marques, Jorge Manuel Rodrigues, Vera Machado, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, Diamantino Costa, António Pereira, Sandra Coimbra, Jorge Marques, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isacc Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Carlos Ferreira, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, António Sérgio Almeida e Ana Marques.

4 - Análise, discussão e votação da abertura do procedimento para contratação excecional de técnicos que asseguram as AEC'S através de relação jurídica de emprego público por tempo determinado parcial, sujeito à aprovação pela Assembleia Municipal.

Não havendo intervenções, foi colocado à votação o ponto sob o número 4, tendo sido aprovado por unanimidade, por António Dinis, António Almeida Dias, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Jorge Baptista, Marta Franco, Felisberto Figueiredo Marques, Marina Leitão, Arménio Marques, Jorge Manuel Rodrigues, Vera Machado, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, Diamantino Costa, António Pereira, Sandra Coimbra, Jorge Marques, João Carlos Antunes, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isacc Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Marques, João Paulo Tavares, José Carlos Ferreira, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, António Sérgio Almeida e Ana Marques.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Extraordinária de 31-08-2016

Nada mais havendo a tratar, a sessão da assembleia municipal de Tondela foi dada por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar.

O Presidente da Assembleia: Carlos Caribe

O 1º Secretário: Ilídio D. J.

O 2º Secretário: Carlos Manuel Martins da Silva



Carla
João
Carlos

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Relatório de adjudicação

Senhor presidente da Assembleia Municipal
Senhor presidente da Câmara Municipal
Senhores membros da Assembleia Municipal,

Na pretérita sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 29 de fevereiro, fomos chamados para apreciação do então Relatório de adjudicação para contratação de empréstimo de 4,5 milhões de euros.

Não pretendemos colocar em causa a qualidade do relatório que agora nos é apresentado, estando certos que a avaliação foi feita tendo em conta o conhecimento dos autores do documento.

Já então, em fevereiro, não colocamos qualquer reticência aquele documento, salvaguardando que não nos compete conhecimento técnico suficiente para avaliar essa vertente, mas apenas a política. Deixamos essa tarefa para os serviços que desenharam esse mesmo relatório.

No entanto, e conforme parecer do Tribunal de Contas, esse documento estava ferido de alguma fragilidade que, no entanto, não consideramos merecedora de censura, mas que foi suficiente para que o processo tenha sido anulado, e bem.

No entanto, neste meio ano, algo mudou. Alterou-se o valor do empréstimo, de 4,5 para 4 milhões de euros. É uma espécie de milagre “à la carte”, merecedora de aplauso para os mais desatentos. Mas para nós, não. Falaremos nisso no próximo ponto da Ordem de Trabalhos.

Como dissemos anteriormente, à Assembleia Municipal compete a sua apreciação, contudo, meramente política.

A posição do PS foi, em fevereiro, devidamente justificada, e sendo a mesma que tomou face à autorização de pedido de empréstimo.

Carlos
João
Carlos

Assim, e coerente com o passado, deixamos para quem aprovou o empréstimo, a aprovação deste relatório, sem o qual não poderá dar-se-lhe vida.

Para o Partido Socialista, que não aprovou a autorização para a operação bancária, este relatório não faria sentido, se o empréstimo não existisse, afirmamo-lo novamente.

Nesse sentido iremos abster-nos

Assembleia Municipal de Tondela, 31 de agosto de 2016

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Contratação de Empréstimo

Assunção de compromissos plurianuais

Senhor presidente da Assembleia Municipal
Senhor presidente da Câmara Municipal
Senhores membros da Assembleia Municipal,

Diríamos que estamos perante uma redundância, ao trazer, de novo, esta autorização à apreciação da Assembleia Municipal.

A posição do Partido Socialista manter-se-á como sempre. coerente, tal como o fez no ponto anterior.

Repetimos as razões, renovando a nossa posição de fevereiro, com as adaptações exigíveis, face aos valores do empréstimo:

Em novembro de 2015, foi submetido à assembleia municipal um pedido de autorização prévia de um empréstimo, a contratar pela câmara municipal, no montante de 2,5 milhões de euros, por um prazo de 10 anos.

Fundamentadas as razões, o Partido Socialista votou contra.

Em fevereiro passado, chamados à pronúncia de autorização de assunção de um compromisso plurianual, pelo prazo de uma década, para um montante de empréstimo de 4,5 milhões de euros, e apesar das justificações, não nos convenceram.

A autorização, então consentida pela maioria, e como na altura dissemos, seria desnecessária se não fosse afetada uma verba considerável de fundos disponíveis canalizados para outros investimentos com os quais nunca concordámos.

Passado todo este tempo, ainda não sabemos qual o desfecho do esforço financeiro preconizado pelo município, a que sempre nos opusemos.

Clarificada e reiterada esta nossa posição, analisemos o que, de momento, se nos coloca:

Demos conta que já não são necessários os tais 4,5 milhões, mas apenas um número mais redondo – 4 milhões! Milagre? Não, não é milagre; nem tão pouco é obra do acaso!

Trata-se, e salvo melhor opinião, de um artifício, não contabilístico, mas meramente político.

Visto de uma forma superficial, mereceria, provavelmente, um aplauso generalizado de toda esta assembleia....mas não!

Vejamos as diferenças:

No processo de fevereiro, os tais 4,5 milhões de euros acarretariam ao município um encargo de amortização de 225 mil euros em 2016 e 450 mil euros em 2017. Somadas, estas verbas representariam, até final deste mandato, um encargo de 675 mil euros, excluindo os juros.

A nova versão do empréstimo empurra os compromissos para muito mais além. Como diz o ditado: *“pagar e morrer, quando mais tarde melhor”!*

Porque pressupõe um período de carência, estamos a discutir um empréstimo, não a 10 anos, mas a 11 anos e meio! Tentar-nos-ão convencer que o valor total a pagar é menor. Mas esse efeito é meramente previsível, e não definitivo. Um efeito simplesmente conjuntural, mas sempre escamoteado pelo terror à “geringonça”, cujas políticas fariam disparar os juros, na perspetiva da “caranguejola”, que até nisto falhou!

No entanto, a taxa indexada é variável, o que não garante que os valores em causa sejam os que estão espelhados neste relatório (nem no outro, com toda a certeza)! Mas não é isso que estamos a discutir, da mesma forma que não poderá servir de argumento para justificar o aumento de prazo de pagamento.

É assim: os tais 675 mil euros + juros que o município teria de pagar até ao final deste mandato, ficam reduzidos apenas aos juros a suportar no ano económico de 2017 – pouco mais de 40 mil euros.

Estes 675 mil euros dão muito jeito em ano de eleições autárquicas. Não há coincidências.

Embora este facto não influencie em nada a posição que o PS irá tomar, não poderia nunca passar em claro.

E sendo, mais uma vez, inequívoca e coerente a nossa posição, remetemos para quem aprovou o empréstimo toda a responsabilidade deste endividamento, que cada vez mais se perde de vista, mas que terá de se pagar.

Não deixamos, no entanto de alertar para o seguinte:

A autorização, aprovada em novembro de 2015 por esta Assembleia, era para um empréstimo a 10 anos. Pode ser apenas um pormenor, mas que pode colidir com a interpretação do Tribunal de Contas....que irá apreciar um empréstimo a um prazo não previsto.

Repetimos que, em Democracia, devemos respeitar a vontade expressa pela maioria, mas nada nos obriga a concordar com ela.

Reiteramos que, apesar da capacidade de endividamento da contabilidade municipal, os resultados começam a vir à superfície – o futuro começa a estar em causa – a juntar ao empréstimo, são as rendas e os outros encargos herdados de recursos à banca que desnudam por completo os discursos do passado que vangloriavam a arte (ou o milagre) de multiplicação dos pães (neste caso do dinheiro) e que, afinal, o oásis nunca passou de um pântano, em que cada tondelense foi, sem culpa própria, embrulhado.

Apesar de tudo, deixem-nos fazer uma comparação, que pode nada ter a ver com o que discutimos, mas tem a ver com os nossos dinheiros. Falamos da PPP que deu cobertura à construção da 1.ª fase de Parque Urbano de Tondela.

Por aquela obra, à vista de todos, estamos a pagar anualmente, uma renda superior à que vai custar este empréstimo. Com outra enorme diferença – o prazo de pagamento é cerca de 3 vezes superior. Uma obra que, em cúmulo, teve um preço base de pouco mais de 1 milhão de euros, com tudo incluído, é um paradigma que merecerá, de todos, uma especial atenção...e censura.

Na mesma coerência, o Partido Socialista irá abster-se nesta votação.

Assembleia Municipal de Tondela, 31 de agosto de 2016

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista